

ORIGENS DE MACAU — O PAPEL DOS MACAENSES

*Johnny Si Tou **

Ao longo dos últimos meses, tem-se lido com certa frequência, nos jornais, as opiniões dos portugueses naturais de Macau (adiante designados por macaenses) sobre a grande mudança histórica que se avizinha para o Território, assim como uma série de reportagens onde se conjugam pontos de vista de individualidades provenientes dos mais diversos sectores da vida social.

Embora um número significativo de macaenses encare com um certo optimismo essa mudança, existem outros que já manifestaram interesse em deixar o Território, e outros ainda, em menor número, que têm revelado, nas suas conversas diárias, incertezas, perplexidade e um certo desespero. Toda esta situação gera uma falta de confiança quanto ao futuro, encontrando-se assim indecisos quanto à sua permanência ou abandono do Território.

Na realidade, Macau é diferente de Hong Kong, pois a existência dos macaenses confere-lhe uma singularidade própria. Há quem afirme que sem os macaenses e sem a cultura e a língua portuguesa, Macau deixaria de ser Macau, passando a ser meramente uma das vilas da China, tal como Xiangzhou, Jida ou Qianshan o são na Zona Económica Especial de Zhuhai.

Os macaenses constituem os elementos de uma comunidade que se foi formando gradualmente e em condições históricas específicas, ao longo dos 450 anos da existência do Território. São descendentes de portugueses e chineses, havendo ainda um pequeno número descendente de outros povos asiáticos. Falam o dialecto próprio do Território (o cantonense) e são influenciados tanto pela cultura chinesa como pela cultura de outras regiões da Ásia. Reconhecem Portugal como a sua pátria, fonte da sua matriz cultural - acham que sem o laço português deixariam de existir. Todavia, o facto de Portugal ter administrado o Território durante um longo período de tempo, através de um regime

* Mestre em Engenharia e Gestão de Empresas pela Universidade da Califórnia nos Estados Unidos da América.

centralista, impediu os macaenses de assumirem um papel de protago-nismo neste Território. Pelo facto de serem descendentes de portugueses, dominam a língua portuguesa, mas, como são fluentes no dialecto do Território, foram naturalmente utilizados para desempenhar funções nos serviços públicos, tornando-se, assim, em **instrumentos aplicados** por Portugal, nos diversos níveis da administração do Território. Hoje em dia, os macaenses encontram-se distribuídos em diversos grupos sociais. Alguns são profissionais liberais nos diversos ramos de actividade, trabalhando como advogados, engenheiros, médicos, contabilistas, e. o., outros trabalham em instituições bancárias, financeiras, seguradoras ou de ensino. Contudo, um elevado número trabalha na Função Pública, prestando serviço em diversos organismos públicos, incluindo os vários ramos das Forças de Segurança. Auferiam, no passado, uma remuneração relativamente superior à população em geral e, por conseguinte, levavam uma vida mais folgada, facto que contribuiu para cultivar nos macaenses um complexo de superioridade em relação aos demais habitantes de Macau.

Durante as negociações entre Portugal e a China sobre a questão de Macau, os macaenses não foram auscultados e as suas opiniões não foram ouvidas pelas autoridades portuguesas, fazendo assim sentir-se no seu seio uma sensação de abandono por parte de Portugal.

Por outro lado, alguns chineses acham que os macaenses são fruto da administração centralista, pelo que, uma vez transferida a soberania, tanto o seu estatuto como a sua influência em Macau devem ser gradualmente extintos. Por esse motivo consideram os macaenses como um obstáculo histórico. No entanto, esta pequena comunidade poderá transformar-se num património precioso.

Os macaenses, para além de dominarem a língua portuguesa, são, de um modo geral, fluentes em cantonense (embora nem todos consigam ler e escrever em chinês) e um grande número domina, com maior ou menor exactidão, o inglês, o espanhol e o francês. É uma comunidade rara, difícil de encontrar no Mundo, com capacidades para dominar várias línguas, o que constitui uma das principais características e vantagens dos macaenses. Numa perspectiva pragmática e de longo prazo, ambos os estados, o Português e o Chinês, devem valorizar a importância dos macaenses no sentido de garantir o processo de transferência da soberania de Macau sem sobressaltos, bem como para assegurar o futuro do desenvolvimento do Território e, em particular, as funções que os macaenses possam desempenhar no novo período histórico. Daí que não devam ser considerados um peso, mas uma riqueza de valor incalculável. Caso haja boa orientação, os macaenses serão capazes de desempenhar um renovado papel de mediadores no novo ambiente, tornando-se numa força dinamizadora que tanto Portugal como a China não poderão ignorar no desenvolvimento das novas relações políticas, económicas e culturais existentes no Território.

Todavia, vivem, de momento, um clima de incerteza, perplexidade e desespero, sentindo-se, de um modo geral perdidos no rumo e desconhecendo o caminho que devem trilhar.

Com a assinatura da “Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau” pelos Governos de Portugal e da China, ficou definido que o Governo da República Popular da China voltará a assumir o exercício da soberania sobre Macau em 20 de Dezembro de 1999, e que serão aplicadas em Macau políticas específicas de harmonia com o princípio “um país, dois sistemas”. A Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China consagra essas políticas específicas que são fundamentalmente as seguintes: que na Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) não se aplicam o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos, o sistema capitalista e a maneira de viver anteriormente existentes; os interesses dos residentes de ascendência portuguesa em Macau são protegidos, nos termos da lei, pela RAEM, e os seus costumes e tradições culturais devem ser respeitados; os funcionários e agentes públicos que originalmente exerçam funções em Macau (incluindo os da polícia) podem manter os seus vínculos funcionais e continuar a trabalhar, podendo os serviços públicos da RAEM contratar portugueses e outros estrangeiros para o desempenho de determinadas funções públicas; além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da RAEM, e de acordo com o princípio da liberdade de crença religiosa, o Governo da RAEM não impõe restrições às actividades religiosas que não contrariem as leis da RAEM, podendo as organizações religiosas manter as suas relações com as organizações religiosas e os crentes de fora da RAEM, bem ainda fundar estabelecimentos de ensino, hospitais e instituições de assistência social.

Através da “Declaração Conjunta Luso-Chinesa” e da “Lei Básica”, pode-se constatar a boa vontade do governo Chinês na resolução das questões históricas, definindo, conforme as circunstâncias e condições do próprio país, políticas pragmáticas e de longo prazo. Quer os macaenses, quer os portugueses têm de ler com muita atenção a “Declaração Conjunta” e a “Lei Básica”, pois é a única via que lhes permite chegar a uma decisão sensata sobre a opção da permanência ou abandono e sobre a questão da nacionalidade, bem como sobre os problemas de confiança e aceitação dos desafios. No momento da grande mudança histórica, desde que os macaenses se esforcem, sejam activos e tenham um espírito de iniciativa, irão descobrir em conjunto com os cidadãos chineses, um futuro próspero, e até os portugueses com estatuto de residente permanente no Território, terão igualmente o seu espaço de sobrevivência e um futuro cheio de esperança.

A questão da nacionalidade é um dos principais problemas que perturba os macaenses. Por motivos históricos e devido ao facto da China não ser ainda um país rico e desenvolvido, muitos macaenses não estão dispostos a abdicar, neste momento, da nacionalidade portu-

guesa, o que é compreensível. A Constituição Portuguesa é diferente da Constituição Chinesa no que respeita à questão de nacionalidade, não admitindo a China a dupla nacionalidade entre os seus cidadãos, enquanto que Portugal a aceita, causando daí inquietações que têm sido manifestadas por muitos macaenses de renome. Por exemplo, o Dr. Joaquim Madeira de Carvalho, vice-presidente do Leal Senado, afirmou que: espero que possa ser português e chinês, em simultâneo, mas de acordo com a lei de nacionalidade em vigor na China, não podemos possuir dupla nacionalidade. Daí que para que haja uma continuidade na evolução, tem a maioria dos macaenses de optar pela nacionalidade portuguesa, caso contrário, optando a maioria pela nacionalidade chinesa, muito provavelmente as nossas características serão dissolvidas e, caso isso venha a acontecer, iremos enfrentar uma grande tragédia — o desaparecimento da cultura macaense, visto que o conceito geral do macaense está fortemente vinculado ao conceito de ser português e, uma vez perdido esse vínculo, ficarei muito triste. Estou disposto a manter a minha origem chinesa, porque também tenho ascendência chinesa e estou perfeitamente integrado na cultura chinesa, mas não me deixem ser apenas chinês, pois quero também ser português. Todavia, caso seja obrigado a optar, irei, sem dúvida, optar em ser português, porque é esse o sentimento mais forte que tenho dentro de mim. Actualmente, esse espírito é comum entre a maioria dos macaenses.

A questão da nacionalidade dos macaenses tem sido, desde sempre, um assunto a tratar no âmbito do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês (GLC), com vista a encontrar uma solução consensual para este importante problema. O chefe da parte chinesa do GLC, o embaixador Guo Jia Ding, manifestou recentemente, que a parte chinesa compreende a preocupação e inquietação dos macaenses, pelo que reafirma a posição flexível do Governo Chinês sobre esta questão. O Governo Chinês não tem intenção de obrigar os macaenses a serem cidadãos chineses e, de acordo com o princípio definido na Lei de Nacionalidade da China e de harmonia com a história e realidade de Macau, a vontade dos macaenses será respeitada, podendo optar quer pela nacionalidade chinesa quer pela portuguesa. Neste momento, a parte chinesa está a analisar certos arranjos técnicos relativos à escolha da nacionalidade e, creio que esta questão, à semelhança do que aconteceu com Hong Kong, será resolvida satisfatoriamente no momento oportuno. Pelo facto dos governos ainda não terem chegado a um consenso sobre a questão da nacionalidade, e por conseguinte ainda não se ter verificado qualquer acordo final, este aspecto constitui uma das razões que origina preocupações aos macaenses, motivo este que a não ser resolvido atempadamente provocará o abandono do Território por parte deles.

Na verdade, a posição do Governo Chinês é muito clara quanto ao assunto. A vontade dos macaenses será respeitada, podendo optar-se por uma das nacionalidades. A partir deste momento, deixará a nacionalidade de ser motivo de preocupação.

Conforme o estipulado na Lei de Nacionalidade da China, os chineses com laços de parentesco próximo de estrangeiros, podem renunciar à nacionalidade chinesa, mediante requerimento e respectiva aprovação. Deste modo, em virtude da específica relação consanguínea dos macaenses, não haverá problema algum, caso queiram desistir da nacionalidade chinesa. Contudo, se suspenderem ou adiarem temporariamente o respectivo pedido, mantendo o actual estatuto, a curto prazo, poderão gozar, por um lado, das regalias de cidadão chinês, e por outro, mantendo o passaporte português (considerado como um documento de viagem), continuar a gozar, fora da China, das regalias e da protecção consular destinada aos portugueses. Na verdade, com a questão da nacionalidade salvaguardada, os macaenses não têm que tomar uma decisão precipitada, podendo adia-la para momento mais oportuno, a fim de encontrar a melhor solução. Se nesta altura as dúvidas ainda não estão esclarecidas, os macaenses não se devem sentir coagidos a tomar uma má decisão, mas sim, encararem o problema com uma certa maleabilidade.

Mesmo aqueles que optaram ou venham a optar pela nacionalidade portuguesa e pretendam permanecer em Macau, poderão fazê-lo através do estatuto de residente permanente de Macau, que diz: perante a lei, todos são iguais, ninguém estará sujeito a discriminação em virtude da nacionalidade, etnia, raça, sexo, língua, crença religiosa e política, ideologia, educação, situação financeira e condição social.

Os macaenses que vierem a optar pela nacionalidade chinesa transformarão, a seu tempo, a comunidade macaense numa minoria, cuja língua, escrita, cultura, costumes e tradições não serão apenas preservados, como protegidos, cuidados e desenvolvidos, à semelhança do que acontece com as outras minorias étnicas existentes na China.

Uma outra preocupação dos macaenses é a questão da localização de quadros, visto a Administração local se mostrar lenta na concretização do respectivo processo e carecer dum plano geral. Consideram os macaenses que o actual processo os exclui. Há quem considere que o processo de localização de quadros é desenvolvido pela Administração, conforme a pressão recebida nesse sentido e, por isso, caso a China e a imprensa chinesa desenvolvam grande pressão, o processo será então acelerado. Daí que a Administração tenha vindo a envolver apenas os quadros chineses no referido processo, fazendo sentir, no seio dos macaenses, uma certa restrição ou até discriminação, o que é inaceitável. Os macaenses reconhecem que, com o desenrolar do tempo, daqui a cerca de dez anos, os cargos de direcção dos serviços públicos serão naturalmente ocupados, na sua maioria por cidadãos chineses, porque estes constituem a maioria no Território, tornando-se inevitável o referido fenómeno. Mas estão contra o rápido desenrolar desta transformação pela actual Administração, pois acham que Portugal deve, antes de mais, ter em conta os interesses dos cidadãos macaenses que constituem uma minoria; se assim não for, entendem que Portugal está

a agir em contradição com o que está definido na “Declaração Conjunta” e na “Lei Básica”. Este último documento legal estipula claramente que após 1999, de entre os elevados cargos públicos, 13 terão de ser desempenhados por cidadãos de nacionalidade chinesa e os remanescentes poderão ser desempenhados por macaenses ou até portugueses. Todavia, os macaenses nunca tiveram e continuam a não ter a oportunidade para ocuparem os cargos de direcção e chefia; a Administração local limita-se a actuar conforme a vontade de Beijing e esta só se preocupa com o número de cidadãos chineses no desempenho de cargos públicos. De um modo geral os macaenses acham que a Administração está a cumprir o processo de localização de quadros através da substituição dos portugueses pelos chineses, uma estratégia que retira aos macaenses a possibilidade de participarem na construção, em conjunto, do futuro de Macau. Acham ainda que o processo tem de ser desenvolvido com um espírito de abertura e o que deve estar em jogo é apenas a capacidade e não a nacionalidade e a raça, devendo, ainda, os cidadãos de nacionalidade chinesa e os macaenses terem o mesmo tratamento de igualdade, sendo a capacidade um factor principal.

Na verdade, a “Declaração Conjunta” e a “Lei Básica” não oferecem dúvidas quanto à composição e requisitos dos funcionários e agentes públicos. Segundo as últimas afirmações do director da Delegação de Macau da Agência de Notícias Xin Hua, sr. Wang Qi Ren, em prol da transferência da soberania de Macau sem sobressaltos e do normal funcionamento do Governo da futura RAEM, é muito importante manter uma equipa estável de funcionários públicos e com elevados padrões de competência. A China não irá, de modo algum, transferir para Macau, o método de funcionamento adoptado pelos outros serviços públicos do continente Chinês, esperando que os actuais trabalhadores da função pública possam permanecer e continuar a servir a população de Macau.

Essas declarações, informações e conversas devem ser interpretadas como um esclarecimento e salvaguarda de que as mesmas regalias e direitos devem ser conferidos aos macaenses e aos cidadãos chineses no processo de localização de quadros. Pelas nomeações e promoções que se verificaram ultimamente nos quadros da administração pública, parece que houve um aumento do número de cidadãos chineses, mas o que vale a pena analisar é a capacidade dessas pessoas, de harmonia com os requisitos exigidos para essas funções. O número de chineses da geração mais nova com formação universitária e profissional tem vindo a aumentar nos últimos anos. Entre eles, alguns para além de possuírem uma formação universitária obtida na China, Europa, Estados Unidos da América, Canadá ou Austrália, após regressarem ao Território, esforçaram-se em aprender, quer em Macau quer em Portugal, a língua portuguesa. Pelo contrário, os jovens macaenses, de um modo geral, depois de tirarem um curso superior e tendo entrado no mercado de trabalho, têm mostrado falta de empenho e força de vontade para

participarem em acções de formação.

Existem hoje, cada vez mais jovens chineses a aprenderem a língua portuguesa, e os macaenses, em menor número, também se empenham e dedicam à aprendizagem da língua chinesa.

Depois da China voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau, e ainda que as línguas chinesa e portuguesa permaneçam línguas oficiais, o chinês tornar-se-á gradualmente a principal língua da RAEM. Deste modo, os macaenses que tenham decidido permanecer em Macau devem esforçar-se no aperfeiçoamento da língua chinesa que poderá ser considerada como a sua segunda língua materna. Sendo conhecedores, de uma maneira geral, do dialecto cantonense, terão mais facilidades em aprenderem a língua chinesa do que os estrangeiros. Porém, em função de um certo proteccionismo que existiu no passado, alguns macaenses conhecem mal a China e continuam na dúvida se devem ou não esforçar-se por aprender o chinês. O jornal “Ou Mun”, de 23 de Outubro de 1996, publicava uma reportagem em que transcrevia um artigo da “Times”, de Nova Iorque, que merece reflexão por parte desses macaenses. Dizia a revista que está a aumentar a um ritmo acelerado o número de alunos universitários que optam pela aprendizagem da língua chinesa como língua estrangeira, tendo esse número já atingido um valor da ordem dos 36 por cento, tornando-se assim, o chinês, numa das línguas estrangeiras com maior procura. Os alunos acham que para além da China Continental, o chinês é igualmente utilizado em Taiwan, Hong Kong e Singapura e todos estes países e territórios são hoje os mercados mundiais com os mais elevados índices de desenvolvimento económico, acrescido do facto de que a actual posição dominante dos Estados Unidos da América será gradualmente substituída por estas novas potências, nos próximos dez anos.

Houve quem tivesse afirmado que os macaenses estavam satisfeitos com o actual estado em que se encontravam, com a posição que possuíam, pelo que era passiva a sua atitude. Houve ainda quem tivesse referido que a perda da força espiritual, a desorientação, a resignação, seriam então, a maior tragédia dos macaenses. É de esperar que eles, nomeadamente os da nova geração, não percam as oportunidades de aprendizagem e de formação, elevando assim as suas capacidades, e que saibam aproveitar a posição de vantagem que possuem, esforçando-se para conseguirem uma boa posição nos quadros da Administração, nos diversos ramos de actividades profissionais e sectores da sociedade, e assim venham a dar o seu contributo a Macau, mais de acordo com as suas expectativas.

A verificarem-se, durante o período da concretização do processo de localização de quadros, tratamentos injustos que não estejam em harmonia com o estipulado na “Declaração Conjunta” e na “Lei Básica”, devem os macaenses denunciá-los, lutando pela justiça e defendendo e desenvolvendo os seus legítimos direitos e interesses.

A incerteza dos macaenses abrange ainda vários outros aspectos, como por exemplo, uma melhor posição no que toca à participação ac-

tiva na vida política, e desenvolvimento de esforços que contribuam para que haja uma continuidade no futuro. Quando se fala em continuidade no futuro, está-se a referir principalmente à preservação da língua e cultura portuguesas e da cultura macaense (que deve ser compreendida como uma combinação da cultura portuguesa, sendo esta uma componente principal, com as culturas chinesa e africana, bem ainda com outras culturas asiáticas), porque se trata da única herança legada por Portugal a Macau. Para esse efeito e para uma participação enérgica, algumas ideias foram sugeridas, na área da política e da solidariedade, a fim de garantir a participação proporcional dos macaenses nos órgãos legislativo, executivo e judiciais, tais como: a existência para depois de 1999 de um importante consulado geral de Portugal, que garanta a defesa dos direitos e interesses dos portugueses; na área cultural, e em termos de preservação da língua, a fundação de um estabelecimento de ensino português, dotado de todas as condições, a criação de museus e demais instalações, com vista, por um lado, a assegurar aos filhos dos macaenses a oportunidade de poderem continuar a aprender a língua portuguesa e, por outro, a manutenção e a consolidação da influência da cultura portuguesa.

Os macaenses preocupam-se com o desaparecimento, daqui a uns anos, tanto da língua como da cultura portuguesa e macaense. De facto, após a China reassumir o exercício da soberania sobre Macau, é natural que o “privilégio” gozado pelos portugueses e macaenses venha a desaparecer gradualmente, e o que se irá passar será, então, uma nova fase de justa concorrência. Dado que os portugueses e os macaenses representam unicamente duas pequenas comunidades na sociedade de Macau, a sua posição é obviamente desfavorável. Houve por isso macaenses que manifestaram uma opinião pouco consistente, dizendo que a sua cultura teria apenas continuidade nas comunidades macaenses existentes no ultramar. Na verdade, a cultura macaense, com a suas “origens em Macau”, uma vez afastada da terra natal, desviando-se para o ultramar e particularmente para países desenvolvidos, desaparecerá a um ritmo ainda mais acelerado pelo facto de poder vir a ser assimilada completamente.

O Dr. Leonel Alves afirmou que: o facto da China voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau não significa o fim de Portugal e dos macaenses em Macau. A existência de Portugal em Macau depende, de momento, da vontade política de Portugal e da sua política em relação a Macau, e o futuro de Macau dependerá dos macaenses e dos portugueses que permanecerem no Território. Assim como já foi afirmado, a transferência da soberania não significa o fim do Mundo, mas o início de um novo ciclo.

Em reportagem publicada em 24 de Outubro, o Director-Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau, Dr. José Rocha Dinis, referiu que a Faculdade tem vindo a dar, nos

últimos dois anos, uma grande ênfase ao ensino das línguas oficiais, responsabilizando a Faculdade dos Estudos Chineses pelo ensino do Pu Tong Hua (mandarim), e o Instituto de Estudos Portugueses pelo ensino do Português. Acrescentou ainda que o Ministério de Assuntos Estrangeiros da China incentivou o Instituto no sentido de criar um curso de português, com a duração de dois anos. Com o desenvolvimento reforçado das relações diplomáticas e económicas da China com os diversos países e territórios do mundo, incluindo os países lusófonos, há uma absoluta necessidade na formação de mais quadros habilitados com a língua portuguesa e é de acreditar que tanto o Ministério de Assuntos Económicos da China como as grandes companhias, incluindo as de importação e exportação, terão igualmente esta necessidade. Para esse efeito, será muito mais eficaz que a formação seja feita em Macau em vez de o ser numa qualquer localidade da China. Tudo isso explica que, desde que as oportunidades venham a ser aproveitadas de uma forma adequada, a decadência da língua portuguesa no Território não deva ser um fenómeno inevitável.

A língua portuguesa é a 5.^a ou 6.^a mais falada no Mundo e o número de pessoas que fala o português ronda os 200 milhões. Através da assinatura de um protocolo, foi fundada recentemente, em Lisboa, a Comunidade dos Países Lusófonos, cujos membros são o Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, num total de sete países, tendo como objectivo a promoção da língua portuguesa e a cooperação no desenvolvimento das áreas cultural, económica e social. É um facto que se traduz numa nova força e num novo mercado que não pode ser ignorado.

Neste momento, verifica-se que a economia brasileira está a caminhar a passos largos para a recuperação, ultrapassando inúmeras dificuldades, e em Portugal, com o forte apoio da União Europeia, registou-se igualmente uma melhoria da economia. Quanto à economia dos países do Continente Africano, ela está a melhorar, embora a um ritmo mais lento. A guerra civil, a fome e a situação de isolamento até agora vividas tendem a acabar. Claro que em termos globais, o seu desenvolvimento económico é diferente do dos países asiáticos, mas há que ter em conta uma população na ordem dos 600 milhões e a existência de ricos recursos naturais que qualquer país desenvolvido deseja. O seu potencial económico ocupa um lugar importante no mercado internacional. Há quem preveja que desde que haja estabilidade e desenvolvimento contínuo, esses países constituirão um novo mercado, no século XXI. Tanto os macaenses como os portugueses que permanecerem em Macau poderão desenvolver as suas capacidades, apoiando a China e outros países da Ásia a promoverem-se neste novo mercado económico, visto que, para além de dominarem a língua portuguesa, alguns destes macaenses e portugueses já se deslocaram ou viveram nesses países, sendo possuidores de determinadas facilidades e conhecimentos dadas as relações já havidas, tornando-se assim mais fácil a comunicação e o incremento das actividades comerciais.

Sendo Portugal membro da União Europeia e país administrante de Macau, sempre salientou o importante papel de ponte que Macau desempenha na ligação da União Europeia com a China e outros países da Ásia, bem como no acesso da China à União Europeia. Infelizmente, quer o governo Português, quer a Administração de Macau, ou ainda os macaenses e os portugueses que optaram pela permanência no Território, nunca se aproveitaram dessa situação vantajosa que Macau dispõe. Embora já esteja criado o Centro de Informações da União Europeia (Euro-Infor Center, Macau) a sua actividade não é grande e pouco trabalho tem sido desenvolvido. Daí a impressão que as pessoas têm de que essa ponte não passa de uma trave de madeira à beira do desabamento.

O Secretário-Adjunto para a Coordenação Económica, Dr. Vítor Pessoa, apelou ultimamente, em Lisboa, aos empresários portugueses para que viessem investir no Território, referindo Macau como um centro de intercâmbio internacional e uma porta de entrada para a China, o que seria muito importante para a União Europeia, e mais particularmente para a indústria portuguesa. Macau poderia ajudar a diminuir os efeitos negativos resultantes da depressão económica verificada na Europa, bem como estabelecer uma ligação com a região onde actualmente se regista o mais rápido desenvolvimento económico.

Esse apelo do Dr. Vítor Pessoa aplica-se também a todos os países membros da União Europeia; por conseguinte, é de esperar que o Governo Português, a Administração local, os macaenses e os portugueses que venham a permanecer no Território, possam conjugar os seus esforços a fim de, através de diversas vias, quer públicas quer privadas, atrair mais investimentos dos empresários portugueses e da União Europeia para Macau. De facto, com a conclusão das diversas infra-estruturas planeadas ao longo de vários anos, Macau possui telecomunicações de ponta, um aeroporto internacional e baixo preço dos bens imóveis, condições que lhe permitem tornar-se num centro de intercâmbio internacional. Todas essas concepções e tendências vão proporcionar boas oportunidades a todos o que desejarem permanecer por cá.

Numa carta dirigida ao Senhor Governador de Macau por um dos participantes do 2.º Encontro das Comunidades Macaenses, em representação da Califórnia, nos Estados Unidos da América, dizia verificar que é cada vez mais acentuado e importante o intercâmbio comercial entre a Califórnia e Macau, sinal este que merece a devida atenção.

Ainda no campo económico, a sucursal da EFACEC em Macau (uma empresa portuguesa) celebrou, com o Banco Central da Índia, um contrato de fornecimento de um conjunto de sistemas de automação do processo de estampagem de papel-moeda. Os negócios e as actividades desta empresa portuguesa, no Extremo-Oriente, têm vindo a desenvolver-se a um ritmo acelerado. Um sistema idêntico também foi fornecido ao Banco da China, sucursal de Hong Kong, e à Companhia de Hardware da América, em Singapura, no valor total de USD\$20 mi-

lhões. De momento, encontra-se esta sociedade em negociações com as Filipinas para um contrato de fornecimento de equipamento destinado aos postos de transformação eléctrica, cujo valor ronda os US\$8 milhões.

A Marconi, Comunicações Globais (CPRM-Ásia, Lda.), uma outra empresa portuguesa estabelecida em Macau há vários anos, além de possuir actividades comerciais e de cooperação em Macau e na China, tem vindo, nos últimos anos, a expandir-se de uma forma constante noutras regiões da Ásia. Esses factos provam que é absolutamente viável às empresas, tanto de Portugal como da União Europeia e até às do Brasil, estabelecidas em Macau, efectuarem negócios noutros mercados da Ásia, para além de Macau.

Fontes económicas também referem que uma empresa portuguesa iria explorar, na região do Ribatejo (Portugal), culturas provenientes desta região, mais propriamente a cultura da lichia e da mostarda branca, em virtude de existir mercado para a sua comercialização. Isto tem um significado relevante, demonstrando que no âmbito das actividades de compensação económica, quer as empresas de grande, quer as de pequena dimensão têm, igualmente, o seu espaço de sobrevivência.

Existem no entanto outros factores dignos de menção, como seja o que foi proferido pelo Primeiro-Ministro da China, sr. Li Pang, durante a cerimónia de inauguração da Feira Comercial de Guangzhou, ao referir que a China iria conceder crédito aos parceiros comerciais estrangeiros que viessem a adquirir produtos e equipamentos chineses. Tal medida facilitará o intercâmbio económico e impulsionará as trocas comerciais com a China, bem como alterará no futuro toda a indústria de exportação chinesa. Nesse contexto, os países de África em vias de desenvolvimento, incluindo os países lusófonos, são os clientes ideais de tal medida. Tudo isto mostra um caminho promissor e uma boa perspectiva para os macaenses.

A história nem sempre constitui um obstáculo. Em determinadas condições o peso histórico poderá transformar-se em riqueza de valor incalculável, sendo a existência e a evolução dos macaenses um exemplo vivo dessa afirmação. Conhecer a situação de privilégio de Macau e promover activamente a sua economia serão no futuro as principais tarefas daqueles que quiserem permanecer em Macau. Os macaenses não devem importar-se somente com a manutenção e a evolução da sua posição na Função Pública, mas também, em conjunto com os profissionais do Território, concentrar a sua atenção nas actividades económicas, industriais e comerciais. Para tal, devem aproveitar o facto da existência de macaenses por todo o mundo e tirar partido das suas próprias vantagens, nomeadamente no que se refere ao domínio de várias línguas, com a finalidade de criarem as suas próprias carreiras profissionais e estabelecerem empresas. Através desta ligação com o exterior, poderão desempenhar um papel importante no campo da compensação comercial com a União Europeia, América do Sul, África e China, bem

como com outras regiões da Ásia. As firmas comerciais existentes que foram fundadas por macaenses e que se encontram em decadência devem ser viabilizadas com a introdução de capital, com o rejuvenescimento dos quadros e com a alteração das mentalidades.

Também por ocasião da realização, em Macau, do 2.º Encontro das Comunidades Macaenses, o Instituto de Promoção do Comércio e Investimento de Macau organizou um seminário intitulado “Macau e as Comunidades Portuguesas — Perspectiva de Relações Económicas”, com o objectivo de melhorar o conhecimento de ambas as partes e debater as questões comuns no âmbito da economia. Trata-se de uma iniciativa que é sempre bem acolhida, criando as condições para futuras ligações comerciais de pessoas provenientes das diversas partes do mundo e para celebração de protocolos, a fim de se estabelecer e reforçar o desenvolvimento económico. Neste sentido é, de facto, um bom início.

Caso se viabilizem as relações económicas entre Macau e a União Europeia, a América do Sul ou, até, com os países lusófonos da África, serão em número crescente as pessoas que irão aprender e utilizar a língua portuguesa. Se aumentar a frequência do intercâmbio cultural português com as culturas dos diversos países do mundo, a língua ficará mais viva e prevalecerá no tempo.

Desde que os macaenses estejam seguros em relação à sua permanência em Macau e tenham sempre no seu coração a terra natal e os olhos postos no mundo, continuarão a existir suficientes oportunidades que lhes permitirão demonstrar as suas capacidades. No 2.º Encontro das Comunidades Macaenses, no qual participaram mais de mil macaenses, seria de esperar que os participantes não se tivessem limitado apenas a percorrer a Rua Central, o Largo de St.º Agostinho e a Calçada do Lilau, ou a apreciar o seu cafezinho no Hotel Bela Vista ou na Pousada São Tiago, recordando o passado e lastimando o desaparecimento da cultura macaense e da cultura portuguesa em Macau. Esses macaenses devem ter reparado no desenvolvimento que o Território sofreu nos últimos anos assim como nas actuais infra-estruturas. Devem portanto, em conjunto, tirar partido dessas condições para a construção do futuro de Macau e vincar as origens nesta terra.

Para finalizar, será de esperar que, no próximo encontro de macaenses no Território, os que vierem do exterior não encontrem moribundos, económica e moralmente, os que cá permaneceram, mas pelo contrário, satisfeitos com a opção que tomaram.